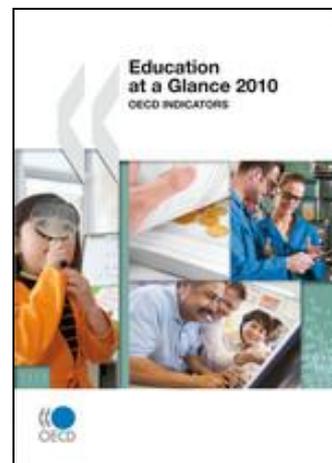


OECD *Multilingual Summaries*



Education at a Glance 2010: OECD Indicators

Summary in Portuguese

Panorâmica da Educação 2010: Indicadores da OCDE

Sumário em português

- Em todos os países da OCDE, os governos procuram políticas que tornem a educação mais eficaz enquanto diligenciam recursos adicionais para suprir a crescente demanda por educação.
- A presente edição de Panorâmica da Educação 2010: Indicadores da OCDE possibilita aos países verem-se a si mesmos à luz do desempenho de outros países. Fornece a comparabilidade e actualização de um conjunto diverso de indicadores e representa o consenso do pensamento profissional sobre a forma de medir o estado actual do ensino a nível internacional.
- Os indicadores mostram quem participa, quanto é gasto e como funciona o sistema de ensino. São também elucidativos quanto à grande variedade de resultados educacionais, comparando, por exemplo, o desempenho dos alunos nas principais áreas temáticas e o impacto da educação no salário e nas hipóteses de emprego de adultos.

Panorâmica da Educação 2010: Investimento no futuro

Enquanto os governos, na esteira da crise económica mundial, tentam recolocar as suas finanças em ordem, o ensino é o assunto, de novo, em foco. Por um lado, é um item das despesas públicas, na maioria dos países. Por outro lado, investir em educação é essencial para os países que querem desenvolver o seu potencial de crescimento a longo prazo e para responder às mudanças tecnológicas e demográficas que estão a redefinir os mercados de trabalho.

Panorâmica da Educação 2010 fornece dados e análises que clarificam ambos os lados da equação – investimentos e retornos. Em termos mais gerais, fornece dados sobre uma série de questões em matéria de educação, incluindo os níveis de habilitações, o acesso e ambiente de aprendizagem.

Educação: investimentos e retornos

Os países da OCDE investem enormemente na educação. Abaixo do ensino superior, as despesas das instituições de ensino por aluno aumentaram em todos os países, em média, 43% entre 1995 e 2007, apesar do número de alunos se manter relativamente estável. No ensino superior, as despesas das instituições de ensino por aluno aumentaram 14 pontos percentuais, em média, nos países da OCDE entre 2000-2007, depois de terem estabilizado nos cinco anos anteriores. Isso reflecte em parte os esforços dos governos em lidar com a expansão do ensino superior através de um forte investimento (**Indicador B1**).

Os níveis de despesa variam consideravelmente entre os países, tanto em termos absolutos como relativos. Os países da OCDE gastam 6,2% do seu PIB colectivo em instituições de ensino, que vão desde mais de 7% na Dinamarca, Israel, Islândia, Estados Unidos e o país parceiro da Federação Russa, para 4,5% ou menos na Itália e na República Eslovaca (**Indicador B2**).

No actual clima económico, é especialmente relevante observar como uma grande fatia da despesa pública vai para a educação. Mesmo nos países da OCDE com pouca participação pública noutras áreas, o financiamento público da educação é uma prioridade social. Em média, os países da OCDE dedicam 13,3% do total da despesa pública com a educação, que vão de menos de 10% na República Checa, Itália e Japão, para quase 22% no México (**Indicador B4**).

Os recursos públicos investidos na educação convertem-se em mais valias, incluindo, por exemplo, aumento das receitas fiscais. Em média, nos países da OCDE, um homem habilitado com um nível superior de ensino irá gerar um valor adicional de US\$ 119 000 no imposto de renda e contribuição social durante a sua vida activa em relação a alguém habilitado apenas com uma educação de nível secundário. Mesmo depois de subtrair as receitas públicas que financiaram o grau, remanescem em média de US\$ 86 000, quase três vezes o montante do investimento público por aluno no ensino superior. Os retornos para a sociedade são ainda maiores, porque há muitos outros benefícios resultantes da educação (ver abaixo Capítulo A) que não se reflectem directamente no imposto de rendimentos (**Indicador A8**).

A educação também desempenha um papel importante, ajudando a manter os trabalhadores na vida activa por mais tempo – uma vantagem que se está a tornar uma necessidade, atendendo a que as populações estão a envelhecer nos países da OCDE. E aumenta a empregabilidade: em média nos países da OCDE desde 1997,

as taxas de desemprego entre as pessoas habilitadas com nível superior têm permanecido a um valor igual ou inferior a 4%, enquanto para aqueles com habilitações inferiores ao ensino secundário têm ultrapassado os 10% em diversas ocasiões (**Indicador A6**).

Assim, há provas convincentes dos benefícios económicos e sociais da educação. Mas, ao mesmo tempo, não é suficiente despende mais. É preocupante, o aumento significativo nas despesas por aluno ao longo da última década, em muitos países, que não foi compensado com a melhoria da qualidade dos resultados da aprendizagem. Como observa o secretário-geral da OCDE Angel Gurría no seu editorial na *Panorâmica da Educação*, a publicação "sublinha a dimensão do esforço que é necessário para a educação se reinventar tal como fizeram outras profissões para proporcionar uma melhor relação custo/benefício".

Outros indicadores na *Panorâmica da Educação 2010*:

Capítulo A: Saída das instituições de ensino e o impacto da aprendizagem

Os níveis de escolaridade têm subido muito nos últimos 30 anos, um facto que se reflecte nos níveis de escolaridade diferentes entre adultos jovens e adultos mais velhos. Em média, nos países da OCDE, a proporção de pessoas dos 25-34 anos de idade com pelo menos o ensino secundário é de 22 pontos percentuais maior do que a de 55-64 anos (**Indicador A1**).

Entre os mais jovens (17-20 anos), a taxa de diplomados pela primeira vez do ensino secundário excede actualmente 70% em mais de dois terços dos países da OCDE e pelo menos 90% em nove países. Em alguns deles, nomeadamente a Dinamarca, Finlândia, Islândia e Noruega, a taxa de diplomados para estudantes com mais de 25 anos, representa 10 pontos percentuais ou mais (**Indicador A2**).

Estima-se que, em média, 38% dos jovens de 2008 obterão o diploma de ensino superior do tipo A em 26 países da OCDE com dados comparáveis. A proporção dos estudantes que o obtêm fora da idade normal é elevada na Finlândia, Islândia, Israel, Nova Zelândia e Suécia, onde a taxa de diplomados para estudantes com mais de 30 anos é responsável por um quarto ou mais da taxa de conclusão global (**Indicador A3**).

Em muitos países, um número considerável de alunos iniciam o ensino superior, mas não se conseguem diplomar. Em média, nos 18 países da OCDE para os quais existem dados disponíveis, cerca de 31% dos alunos do ensino superior não obtêm sucesso num programa equivalente a este nível de ensino (**Indicador A4**).

É claro que a aprendizagem, não termina com a obtenção de um grau superior, e muitos adultos continuam a aprender e estudar ao longo da sua vida profissional. Nos países da OCDE, mais de 40% dos adultos participam na educação formal ou não formal, num determinado ano, mas a percentagem varia consideravelmente – de mais de 60% na Nova Zelândia e Suécia, abaixo de 15% na Hungria e na Grécia (**Indicador A5**).

São também analisados na *Panorâmica da Educação 2010*, alguns outros benefícios económicos resultantes da educação, bem como os aspectos anteriormente mencionados, incluindo disparidades salariais entre pessoas com diferentes níveis de ensino. Estas disparidades podem ser substanciais, com os detentores de diplomas de ensino superior a usufruírem de um bónus superior a 50% em mais de dois terços dos países para os quais há dados disponíveis (**Indicador A7**). Maiores níveis de educação também estão associados a benefícios sociais, incluindo uma melhor assistência na saúde (**Indicador A9**). O custo para os empregadores de trabalhadores com diferentes níveis de ensino também é analisado: em média em toda a área da OCDE, os

custos anuais de trabalho para os habilitados com grau inferior ao ensino secundário é de US\$ 40 000 para os homens e US\$ 29 000 para as mulheres; para os trabalhadores com ensino superior essa percentagem sobe para US\$ 74 000 para os homens e US\$ 53 000 para as mulheres (**Indicador A10**).

Capítulo B: Recursos financeiros e humanos investidos em educação

Como mencionado acima, as sociedades em geral, investem fortemente na educação. A maioria desse investimento vem de fontes públicas: em média nos países da OCDE mais de 90% do ensino básico e secundário e pós-secundário não superior, é público. O financiamento privado é mais evidente no ensino superior, variando de menos de 5% na Dinamarca, a Finlândia e Noruega para mais de 75% no Chile e na Coreia (**Indicador B3**).

A temática relativa às propinas é também observada de perto na educação: em oito países da OCDE, as instituições públicas não cobram as propinas, mas num terço dos países com dados disponíveis, as instituições públicas cobram propinas anuais superiores a US\$ 1 500 aos estudantes nacionais (**Indicador B5**).

Porque continuam os gastos na educação? Nos países da OCDE, 92% da despesa total vai para as despesas correntes nos ensinos básico e secundário e pós-secundário não superior, dos quais mais de 70% destinam-se aos vencimentos do pessoal em todos os países da OCDE, com excepção de quatro (**Indicador B6**). O custo salarial por aluno varia significativamente entre os países. Por exemplo, é mais de dez vezes superior no Luxemburgo, Espanha e Suíça, do que no Chile (**Indicador B7**).

Capítulo C: Acesso à educação, participação e progresso.

Na maioria dos países da OCDE durante a última década, praticamente todos tiveram acesso a pelo menos 12 anos de educação formal. Em cerca de um terço dos países com dados disponíveis, a taxa de inscrição para os grupos dos 15-19 anos e dos 20-29 anos estabilizou nos últimos cinco anos, possivelmente indicando um ponto de saturação (**Indicador C1**).

A Mobilidade de alunos – ou seja, estudantes que viajam para outro país para estudar no ensino superior – continua a expandir-se. Em 2008, mais de 3,3 milhões de estudantes universitários estavam inscritos fora do seu país de cidadania, um aumento de 10,7% em relação ao ano anterior (**Indicador C2**).

A transição da escola para a vida activa nem sempre é fácil para os jovens, e em muitos países, alguns adolescentes mais velhos (15-19 anos) não estão a estudar, a trabalhar ou desempregados. A proporção varia mais de 32,6% na Turquia, para 2,1% nos Países Baixos (**Indicador C3**).

Capítulo D: O ambiente de aprendizagem e organização das escolas

Em média, nos países da OCDE, o ensino da leitura, escrita e literatura, matemática e ciências representa 48% do tempo de instrução obrigatória para o grupo dos 9-11 anos de idade e 40% para o dos 12-14 anos de idade. Para os 9-11 anos de idade, a proporção de currículo obrigatório dedicado à leitura, escrita e literatura varia muito, de 16% na Islândia e 30% ou mais em França, México e Países Baixos (**Indicador D1**). Em média, há cerca de 22 alunos por turma no ensino básico, mas isso varia de 30 ou mais no Chile e Coreia para cerca de metade desse número no Luxemburgo e no país parceiro da Federação Russa (**Indicador D2**).

Os salários dos professores aumentaram em termos reais entre 1996 e 2008 em praticamente todos os países, mas ainda assim, os professores recebem menos do que outros indivíduos com habilitações semelhantes na maioria dos países. Os salários dos professores com pelo menos 15 anos de experiência no ramo do 3.º ciclo do ensino básico, variam de menos de US\$ 16 000 na Hungria e no país parceiro Estónia a mais de US\$ 98 000 no Luxemburgo (**Indicador D3**). O número de horas de ensino em escolas públicas que ministram o 3.º ciclo do

ensino básico é, em média, de 703 horas por ano, mas varia entre menos de 520 horas, na Grécia e na Polónia a mais de 1 000 no México e nos Estados Unidos (**Indicador D4**).

Finalmente, *Panorâmica da Educação* deste ano examina duas novas questões – em que medida é que os pais podem escolher as escolas dos seus filhos e do papel que desempenham na supervisão das escolas. Além de escolas públicas, os países normalmente têm uma variedade de instituições de ensino. Por exemplo, quatro dos cinco países da OCDE para os quais existem dados disponíveis, permitem que a escolaridade obrigatória seja também proporcionada por escolas privadas dependentes do governo e escolas privadas independentes. Na prática, porém, só em sete países, as inscrições em escolas privadas dependentes do governo são superiores a 10% (**Indicador D5**). A maioria dos países da OCDE reporta que os pais têm uma gama de oportunidades para participar na governação das escolas públicas ou em associações que aconselham as escolas públicas. A maioria também relata que os regulamentos prevêm um processo formal pelo qual os pais podem apresentar queixas (**Indicador D6**).

© OECD 2010

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)

2 rue André-Pascal

75116 Paris

França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

